

Processo: 008.411/2024-7

Natureza: Representação

Órgão/Entidade: Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República

Responsável(eis): Não há.

Interessado(os): Não há.

DESPACHO

Trata-se de representação, com pedido de medida cautelar, formulada pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, acerca de possíveis irregularidades na contratação, pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, de empresas prestadoras de serviços de comunicação digital para atender ao Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo Federal (Sicom), conforme previsto no Edital 1/2024.

2. Em síntese, o representante aponta possível irregularidade na contratação em apreço, por violação ao sigilo do procedimento, vez que veículos de imprensa declinaram quais empresas venceriam o certame um dia antes da sessão de abertura dos invólucros que continham a identificação das propostas (peça 1).

3. Requereu o representante que o TCU: (i) averigüe possíveis irregularidades no referido processo de contratação; (ii) adote medida cautelar para que a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República se abstenha de formalizar o contrato referente ao Edital 1/2024, até que haja deliberação deste Tribunal quanto aos atos praticados no âmbito do procedimento licitatório; e (iii) encaminhe cópia da inicial e da decisão que vier a ser proferida ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica e ao Ministério Público Federal para adoção de medidas cabíveis.

4. Foram juntadas aos autos petições dos seguintes parlamentares, pleiteando que o TCU apure supostas irregularidades no mesmo certame: Deputado Federal Zucco (peça 6); Senador Flávio Bolsonaro (peça 7); Senador Rogério Marinho (peça 8); Deputada Federal Adriana Ventura, Deputado Federal Gilson Marques, Deputado Federal Marcel Van Hattem e Senador Eduardo Girão (peça 9).

5. O Procurador Júlio Marcelo de Oliveira requereu oportunidade para officiar nos autos (peça 14).

6. Em instrução à peça 15, a Unidade de Auditoria Especializada em Contratações – AudContratações propõe o conhecimento da representação, por restarem atendidos os requisitos constantes do art. 237, incisos I e III, e parágrafo único, do Regimento Interno do TCU c/c art. 103, §1º, da Resolução-TCU 259/2014.

7. No mérito, a AudContratações sustenta haver plausibilidade jurídica na representação, por haver indícios de que houve quebra do sigilo das propostas técnicas

das licitantes, com a divulgação do resultado provisório do certame antes da data prevista para abertura dos invólucros contendo as vias não identificadas dos planos de comunicação digital. Defende ainda estar configurado o perigo na demora, pois o certame está na fase final, na iminência da assinatura dos contratos com as quatro empresas mais bem classificadas e habilitadas. No entanto, por não haver informações sobre perigo na demora reverso, sugere a realização de oitiva prévia à decisão quanto ao pedido de medida cautelar, além de diligências.

8. Passo a decidir.

9. Inicialmente, cumpre aferir a presença dos requisitos legais e regimentais de admissibilidade para esta representação. Mostra-se evidente a legitimidade para que membros do MPTCU representem a esta Corte, que, por força do art. 84 da Lei 8.443/1992 c/c art. 237, I, do Regimento Interno do TCU, bem como o art. 109 da Resolução-TCU 259/2014, com a redação dada pela Resolução-TCU 323/2020, consagraram a possibilidade de representações fundadas em impropriedades publicadas na imprensa, hipótese em que “a unidade técnica competente verificará indícios concernentes às irregularidades ou ilegalidade anunciadas”.

10. Além disso, verifico de plano que a representação trata de matéria abarcada pela jurisdição desta Corte, que alcança “qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assumira obrigações de natureza pecuniária”, conforme externado no art. 70, parágrafo único, da Constituição Federal. No caso, as apurações conduzidas pela unidade corroboram os elementos colacionados pelo representante e reiterados pelos parlamentares cujas petições foram juntadas ao processo.

11. Desse modo, **conheço da representação**.

12. No entanto, divirjo da unidade instrutiva quanto à insuficiência de elementos para concessão de medida cautelar. Ainda que seja relevante perquirir a presença do perigo na demora reverso, como sinalizado pela unidade, tenho que os fatos narrados nesta representação, por si só, revestem-se de extrema gravidade e demandam atuação imediata desta Corte a fim de evitar que se concretize contratação possivelmente eivada de vício insanável, ou mesmo por fato típico a ser apurado na esfera competente.

13. Desse modo, considerando a plena caracterização da plausibilidade jurídica da irregularidade narrada e o perigo na demora, e com fulcro no art. 45 da Lei 8.443/1992 art. 276 do Regimento Interno, **concedo a medida cautelar pleiteada e determino à Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República que suspenda o procedimento licitatório regido pelo Edital 1/2024**, para contratação de empresas prestadoras de serviços de comunicação digital para atender ao Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo Federal (Sicom), até que o Tribunal decida sobre o mérito da questão suscitada.

14. **Determino** ainda:

14.1. com fundamento no art. 276, §3º, do Regimento Interno, a realização de oitiva junto à Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, para que, no prazo de quinze dias, se manifeste acerca dos indícios de irregularidades indicados nesse processo, em especial os elencados nas letras do subitem 36.2 da instrução de peça 15;

14.2. com fundamento nos artigos 157 e 187 do Regimento Interno, a realização de diligência junto à Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, para

que, no prazo de quinze dias, informe sobre os instrumentos de controle previstos para mitigar o risco de desvio de finalidade na execução dos contratos decorrentes da Concorrência 1/2024;

14.3. o encaminhamento de cópia da instrução da Unidade Técnica (peça 15), da representação inicial (peça 1) e petições juntadas (peças 6-9) e deste despacho à Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, a fim de subsidiar a manifestação requerida.

Restituo os autos à Seproc e, posteriormente, à AudContratações para as providências a seu cargo.

Brasília, 10 de julho de 2024

(Assinado eletronicamente)

Aroldo Cedraz
Relator